CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2013/72

PARECER CEE Nº 1739/73

Aprovado por Deliberação
de 5 de 9 /73

INTERESSADO - Eneida Rosalina Soares de Almeida

para

ASSUNTO - Equivalência de curso de grau médio / efeito de matrícula no
ensino superior

CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU

RELATOR - Conselheiro Pe. Lionel Corbeil

I. HISTÓRICO:

1.1 Eneida Rosalina Soares de Almeida, em religião, irmã Ambrosina Maria de São José, brasileira, nascida em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1932, solicita deste Conselho o reconhecimento da equivalência do curso normal chamado acomodação, feito em Minas Gerais, nos anos de 1946 a 1949, com o curso de II Grau, para efeito de matrícula no ensino superior.

1.2 A interessada, segundo o documento do Instituto de Educação Oswaldo Cruz, desta Capital, (fl. 13), deve ter concluído o curso de Administração Escolar onde se matriculou, aguardando o pronunciamento deste Conselho, a respeito da equivalência de cursos mencionada no parágrafo anterior. Em meados do ano passado, a Secretaria dessa Faculdade, levantou a dúvida sobre a equivalência de nível de II Grau do curso normal feito por acomodação em Minas Gerais, razão pela qual a requerente dirigiu-se ao Conselho solicitando um pronunciamento.

1.3 "Acontece que, diz a requerente, matriculando-me no curso normal em Minas Gerais, que eram compreendidos em 2 anos de adaptação e 3 normais, fui surpreendida pela Reforma do Ensino no Estado, passando o curso a chamar-se "Acomodação", acomodando-se às leis orgânicas do ensino normal até regulamentar a Reforma".

"Após ter feito 2 anos de "adaptação", que fora extinta logo depois, passei a cursar pela lei, 1º, 2º, 3º e 4º anos de acomodação que englobam matérias do ginásio e normal, como podem constatar pelos documentos anexos e ficha modelo 18".

1.4- A requerente exerceu magistério no ensino primário durante cerca de 20 anos e procurou se atualizar e se aperfeiçoar através de numerosos cursos para melhor cumprir a sua profissão de professora e sua missão de educadora.

1.5 Este processo tramitou neste Conselho durante muito tempo, à procura das Leis do "Ensino do Estado de Minas Gerais, no fim retornou às nossas mãos informado pelo setor de documentação deste Conselho, que apensou a Lei orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei n. 8530 de 2 de janeiro de 1946. Baseado neste documento legal, podemos emitir um parecer seguro.

II. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei n. 8530 de 2/1/46 estabelece no seu artigo 2º: "O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos".

E no seu artigo 7º reza:

"O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo as seguintes disciplinas.....".

As disciplinas mencionadas correspondem as registrada na ficha escolar da fl.28 e do Certificado de Aprovação da fl.14, da requerente.

2.2. Não há dúvida, que se trata de um curso normal de 1º ciclo de 4 séries que corresponde ao artigo 1º ciclo ginásial.

Aliás, pelo Decreto-Lei 8.586 de 8/janeiro/1946, o Estado de Minas Gerais como os outros estados da Federação foram obrigados a adaptar o seu Ensino Normal até 31 de agosto de 1946 à Lei orgânica do Ensino Normal.

2.3. Portanto, a interessada que realizou os seus estudos de ensino Normal de 4 séries entre os anos de 1946 a 1949, os fez não sobre a vigência de leis especiais do Estado de Minas Gerais, mas sim, em conformidade com a Lei orgânica do Ensino Normal, como, aliás, aparece no seu certificado de aprovação (fl. 14) que menciona esta lei.

III. CONCLUSÃO:

À vista do exposto, votamos pelo indeferimento da solicitação, concluindo que o curso normal de 1º ciclo realizado por Eneida Rosalina Soares de Almeida não tem equivalência com o curso de ensino de II Grau, mas sim de I Grau.

Eis o nosso parecer, s.m.j.

São Paulo, 30 de maio de 1973

a) Conselheiro Pe. Lionel Corbeil -Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Delorenzo Neto, Arnaldo Laurindo, Egaz Moniz Nunes, Eloysio Rodrigues da Silva, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil e João Baptista Salles da Silva.

Sala das sessões, em 30 de maio de 1973

a) Conselheiro ARNALDO LAURINDO - Presidente

Aprovado por unanimidade na 509ª Sessão Plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pnsquale", em 5 de setembro de 1973

a) José Borges dos Santos Júnior
Presidente